

Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero

Andressa Botton¹
Sabrina Daiana Cúnico²
Mariana Barcinski³
Marlene Neves Strey⁴

Resumo

Na contemporaneidade, os estereótipos de gênero ainda estão presentes nos núcleos familiares, conferindo características sexistas e patriarcais ao relacionamento entre homens e mulheres. Objetivamos analisar como o exercício da paternidade e da maternidade é influenciado por estes estereótipos, e compreender a prática dos papéis parentais no cenário familiar de acordo com os aspectos de gênero. Para tanto, realizamos uma revisão de literatura, utilizando-nos da perspectiva dos estudos de gênero pós-estruturalistas para a análise e a discussão. Percebemos que os núcleos familiares contemporâneos sustentam a execução de relações que quebram com os padrões tradicionais de gendramento, ao passo que ainda perduram valores tradicionais e estereotipados sobre os papéis sociais adequados para homens e mulheres. Como consequência, a presença de estereótipos de gênero na educação de meninos e meninas gera retrocessos na prática de uma educação não-sexista e, também, na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária para homens e mulheres.

Palavras-chave: estereótipos de gênero; família; transgeracionalidade.

The Parental Roles in Families: Analyzing Transgenerational and Gender Aspects

Abstract

In contemporaneity, gender stereotyping is still present in nuclear families, providing sexists and patriarchal characteristics to the relationship between men and women. We aimed to analyze how the exercise of fatherhood and motherhood are influenced by those stereotypes, as well as understand the practice of parenting roles in the family background according to gender aspects. Therefore, we conducted a literature review using scientific materials about the research topic, using the perspective of

¹ Psicóloga. Mestre em Psicologia. Desenvolve atividades como psicóloga na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus Cachoeira do Sul e como doutoranda no programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no Grupo de Pesquisa Relações de Gênero.

² Psicóloga. Mestre em Psicologia pela UFSM. Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

³ Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

⁴ Psicóloga. Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Psicologia. Professora titular na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), desenvolvendo atividades na graduação e na pós-graduação. Pesquisadora CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, da PUCRS. Coordenadora da série Gênero e Contemporaneidade, editada pela EDIPUCRS.

post-structuralist gender studies for the analysis and the discussion. We found that contemporary's nucleus families support relations that break down traditional standards of gendering, while traditional and stereotyped values on suitable social roles to men and women are kept. Consequently, the presence of gender stereotypes on boys and girl's education creates a regression in the non-sexist educational practicing and, also, on consolidation of a fair and equitable society to men and women.

Keywords: gender stereotypes; family; transgenerationality.

Embora a crescente diversidade de configurações e estruturas familiares decorrentes do aumento do número de separações e recomposições conjugais seja uma realidade do contexto contemporâneo, ainda persiste no imaginário social uma forte vinculação da noção de família com o arranjo que estabelece a mãe como a natural cuidadora dos filhos e o pai como provedor material da família (Narvaz & Koller, 2006a). Esta noção do que é socialmente esperado no exercício da parentalidade, associada às mudanças em relação à concepção de infância, dos padrões de cuidado e dos valores a serem transmitidos na educação das crianças tiveram e têm impacto, inevitavelmente, no modo com que pais e mães se relacionam e educam os seus (as) filhos (as).

Considerando que todos os indivíduos têm uma história singular e preexistente, é interessante pesquisarmos sobre o processo de heranças e transmissões familiares. De maneira inevitável, parte da identidade de cada sujeito está relacionada à estrutura de sua família, a qual se constitui através do legado familiar, ou seja, do que é transmitido de pais e mães para filhos (as), tais como valores e crenças, fenômeno este entendido por transgeracionalidade. Nesse sentido, a compreensão da dinâmica familiar é fundamental para conhecer as gerações anteriores e também para entender como se caracteriza a dinâmica familiar da última geração (Falcke & Wagner, 2005).

A partir disso, percebemos que as transmissões referentes aos valores e crenças familiares são parte da estrutura do núcleo familiar, sendo os pais e mães modelos de espelhamento e identificação para seus (as) filhos (as). Essas reflexões nos levam ao questionamento de que a transgeracionalidade no contexto familiar é inevitável, incitando a analisar esse processo na relação que se constitui sobre a parentalidade no contexto contemporâneo.

As novas configurações familiares demonstram uma reorganização dos papéis sociais por parte do homem e da mulher. Mesmo no interior de uma família nuclear constituída de pai, mãe e filhos, observam-se mudanças no exercício da parentalidade (Ramires, 2014). Além disso, são diversas as configurações familiares que ganharam visibilidade nas últimas décadas, como a família recomposta, a família monoparental feminina ou masculina, a família homoafetiva, dentre outras. Assim, ser pai e ser mãe na atualidade transcende o modelo tradicional e demanda um novo olhar sobre a família contemporânea.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente artigo é refletir sobre os aspectos do fenômeno transgeracional em relação aos estereótipos de gênero, isto é, às construções sociais que discorrem sobre quais seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1995). Mais especificamente, pretendemos analisar como o exercício da paternidade e da maternidade são influenciados por estes

mesmos estereótipos, bem como compreender a prática dos papéis parentais no cenário familiar de acordo com os aspectos de gênero.

Para tanto, realizamos uma revisão de literatura que, segundo a American Psychological Association (APA, 2010) preocupa-se em reunir materiais já publicados sobre determinado assunto e avaliá-los criticamente, levando em consideração o desenvolvimento da temática escolhida. Assim, pretendemos com este estudo fornecer ao leitor uma sumarização de estudos prévios relacionados às temáticas de gênero, transgeracionalidade e desenvolvimento de papéis parentais, bem como identificar qual o estado em que tais conteúdos encontram-se no âmbito acadêmico (Hohendorff, 2014).

Gênero e estereótipos de gênero

Escrever sobre gênero se configura como um exercício de delimitação e esclarecimento do conceito quando pensamos nas diferentes possibilidades de significado que este termo compreende. Podendo ser entendido como classificação taxonômica na biologia, passando pelo gênero musical de uma melodia ou gênero gramatical de uma palavra, este vocábulo é muito utilizado na Psicologia atrelado aos conceitos de constituição identitária, em conformidade com o sexo físico de uma pessoa. Ao delimitá-lo dessa forma tendemos a associá-lo aos conceitos de gênero masculino e/ou feminino, vivenciado por todos (as) antes mesmo de conseguirmos cognitivamente entendê-lo.

Todos (as) sabemos, por exemplo, da expectativa do descobrimento do sexo de um bebê para uma família grávida, tendo autores que classificam essa como a descoberta mais importante da vida de um sujeito (Arán & Peixoto-Júnior, 2007; Butler, 2008). Isso porque, junto com a revelação de ser o bebê um menino ou uma menina, há a destinação para um mundo correspondente ao sexo físico, repleto de construções sociais baseadas em aspectos biológicos, que podem definir o gênero (masculino ou feminino) de quem ainda nem nasceu e não possui condições de avaliar as destinações que lhe estão sendo feitas.

É visível que, segundo os Estudos de Gênero Contemporâneos (Arán & Peixoto Júnior, 2007; Butler, 2008; Louro, 2010; Meyer, 2003; Peixoto Júnior, 2005), atrelar o conceito de gênero ao sexo físico (sexo masculino, gênero masculino e sexo feminino, gênero feminino), ainda é uma forma simplista e limitada de enxergarmos esse conceito. Isto porque, tal vinculação desconsidera a construção histórico-cultural que, diariamente, se dá sobre nossos corpos físicos. Dessa forma, questionar a naturalizada – porém simplista – associação do sexo-físico e seu gênero correspondente é uma prática que, dependendo do contexto em que nos encontramos, não é objeto de atenção e discussão, sendo, muitas vezes, problematizada apenas nos ambientes acadêmicos.

Sabemos que foram essas construções simplistas, baseadas nas diferenças sexuais biológicas, que deram origem aos conceitos de masculino e feminino, usualmente vividos na atualidade. Para Strey (1998), porém, tais conceitos, embora estejam ligados às diferenças sexuais não podem ser avaliados unicamente sob o aspecto biológico, que não leva em consideração a percepção da sociedade sob esse

processo de transformação da espécie humana: as fêmeas tornando-se mulheres e os machos tornando-se homens.

Tal relação direta entre sexo e gênero é herança da chamada segunda onda do feminismo, ocorrida entre as décadas de 60 e 70, quando os termos “sexo” e “gênero” foram distintamente definidos conceitualmente, a fim de valorizar as diferenças e especificidades das mulheres da época, em relação aos homens e os excludentes discursos sociais patriarcais (Louro, 2010; Narvaz & Koller, 2006b; Scott, 1995). Essa definição, mesmo após a tentativa de revertê-la com o movimento da terceira onda do feminismo, que tentou desconstruir o binarismo dos dois sexos e compreender as diversas representações possíveis entre o masculino e o feminino, ainda se mantém presente nos dias de hoje, com classificações naturalizadas socialmente, que colocam os dois conceitos em lados opostos (Butler, 2008; Meyer, 2003; Narvaz & Koller, 2006b).

Nessa perspectiva, esclarecemos que nossa intenção com esta escrita não é negar as diferenças biológicas que estão visíveis quando nascemos e as associações que comumente feitas, por exemplo, dos meninos corresponderem ao gênero masculino e das meninas ao gênero feminino. O que intentamos é problematizar as construções sociais feitas sobre elas, que acabam prejudicando as individualidades de cada sujeito e as formas de uso do seu corpo, retirando a autonomia sobre as escolhas de homens e mulheres que optam por não seguirem padrões tradicionais ligados ao sexo físico em seus modos de ser e viver.

Essa compreensão baseia-se em conhecidas reflexões sobre essa temática, como a de Scott (1995), que afirma serem as dicotomias do gênero que provocam as relações verticais e de dominação do masculino opressor sobre o feminino oprimido. São tais relações desiguais que, quando contextualizamos para a atualidade, explicam os crescentes casos de homofobia, agressões físicas e psicológicas contra mulheres, abandono da carreira por muitas depois que se casam e/ou tornam-se mães, dificuldades de adoção por casais homossexuais, travestis e transexuais, cyberbullying contra sujeitos pertencentes a essas minorias sociais que acabam cometendo suicídio, etc. São alguns dos exemplos que mostram a intolerância com o que foi definido histórica e socialmente como o “diferente”, o “estranho”, o que “foge à regra” do que é aprovado socialmente e, nesses casos, definido através de fixas associações sexo-gênero.

As construções sociais normatizadas que demarcam uma característica como possibilidade de usufruto por apenas um dos sexos, gerando tais preconceitos, desigualdades, dominações e opressões já citados, são exemplos de estereótipos de gênero. Um estereótipo, segundo Crochik (1996), é um produto cultural, historicamente construído, que nasce e se constitui no processo de socialização humana. Via de regra, implica na dominação de um – o objeto do estigma social – pelo outro, o preconceituoso, discriminador. É composto de uma série de características fixas atribuídas a um objeto, e não costumam se desfazer através de uma experiência que prove o contrário, por exemplo. Os estereótipos são enunciados, previamente, pela cultura e não são facilmente desfeitos nas vivências humanas.

Nesse sentido, desde o momento em que nosso sexo é descoberto, pela ciência ou pelo nascimento, nos são ensinados os significados do que é ser homem ou mulher no mundo, e as características específicas para assumirmos essa identidade referente ao biológico. A partir daí, o mundo pode, estereotipadamente, dividir-se em rosa ou azul, bonecas ou carrinhos, fraqueza ou força, submissão ou dominação, restringir-se ao privado ou a circular livremente no público, sem precisar de maiores explicações sobre qual desses lados é o considerado mais adequado para uma mulher e para um homem.

Peixoto Junior (2005) designa como clichês sociais essas possibilidades – dicotômicas – que a sociedade nos oferta, tendo meninos e meninas, homens e mulheres que serem corajosos (as) para sustentarem uma escolha que não seja a esperada: dos homens para o exercício da masculinidade e das mulheres para o exercício da feminilidade. E o processo de negação e esquiva dessas imposições é tão difícil por serem elas, em grande parte, discursos sutis e naturalizados, bem como presentes nos mais diferentes contextos em que circulamos desde nosso nascimento.

A família, a escola, a publicidade, os discursos midiáticos impressos e televisivos, por exemplo, respondem às imposições sociais e culturais dependentes do contexto em que estão sendo produzidos. Assim, podem ser considerados dispositivos de informação de intensa influência para todos os sujeitos, independentes de sua faixa etária. É inegável considerarmos que eles atuam conjuntamente e somam suas forças, tornando-se convincentes no processo de transformação de corpos sexuados em corpos gendrados, bem como é impossível definir qual deles pode ser mais influente para as crianças.

Dessa forma, aprendemos desde muito pequenos quais papéis sociais relacionados ao gênero e tidos como adequados devemos exercer, assim como quais – os masculinos – são mais valorizados socialmente. “Os estereótipos do homem adulto, forte, empreendedor, independente, funciona como padrão de ideal social” (Crochik, 1996, p. 50). Mantém-se, assim, a oposição em dois lados antagônicos, com homens e mulheres sabendo quais funções, posições e formas de se portar são mais indicados para si e, conseqüentemente, aqueles considerados com maior valor social.

Papéis sociais: paternidade e maternidade

A família é um sistema complexo que está diretamente ligado aos processos de transformação histórica, social e cultural. A família não é, portanto, algo natural ou dado, mas sim um produto de formas diversas de organização entre os humanos. Sendo assim, apresenta um contínuo processo de modificação, o que implica em alterações em sua composição e dinâmica (Groeninga, 2003; Silva, 2010).

Ao reconstruírem as diferentes formas de organização familiar ao longo da história, Narvaz e Koller (2006c) argumentam que no início da história da humanidade os agrupamentos eram matrilineares, matrifocais e matrilocais, isto é, havia uma organização dos membros da família em torno da figura da mulher-mãe. Este arranjo matrilinear se dava em função do desconhecimento da participação do homem na reprodução. No que se refere ao acasalamento neste período, esse ocorria entre os membros do mesmo grupo.

Com o passar do tempo e em função de interesses político-econômicos vinculados ao surgimento da propriedade privada, a família tornou-se monogâmica e exogâmica, ou seja, os casamentos ocorriam fora do grupo familiar (Narvaz & Koller, 2006c). Em decorrência deste arranjo, foi criada a divisão do trabalho e dos papéis sexuais e sociais, sendo o homem considerado como guardião da tradição familiar, ou seja, ele era o dono da família, dos filhos e dos bens (Silva, 2010).

Com o advento da família nuclear burguesa, o homem, tido como mais forte e vigoroso, deixou de ocupar o papel de proprietário da família para ser o pai provedor da esposa e dos filhos. A mulher, por sua vez, vista como frágil e mais disposta a abnegar de seus desejos pessoais, passou a não ser mais considerada uma propriedade do homem, mas mãe, educadora e cuidadora da prole, do marido e do lar. Inscreve-se, nesse contexto, a promulgação de estereótipos sexistas, tais como a vinculação exclusiva da paternidade à provisão material e a transformação do amor materno-filial em instinto, isto é, o amor da mãe pelos (as) filhos (as) passa a ser naturalizado e considerado instintivo (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Narvaz & Koller, 2006c).

Atualmente, o arranjo familiar nuclear coexiste com diversas outras formas de organização das famílias, tais como as famílias monoparentais, as famílias recompostas, as famílias de casais sem filhos (as), as famílias homoafetivas, dentre outras (Pereira & Arpini, 2012; Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009). Evidentemente, as alterações na dinâmica e nas formas de vinculação das famílias têm impacto no modo com que homens e mulheres se relacionam entre si e também com os (as) filhos (as).

No entanto, não obstante às mudanças observadas, podemos perceber que as antigas concepções e expectativas naturalizadas sobre o que é esperado dos papéis de pai e mãe no cenário familiar ainda povoam o imaginário coletivo (Bornholdt, Wagner & Staudt, 2007; Fleck, Falcke & Hackner, 2005). A maternidade permanece cercada por uma série de mitos, deveres e prerrogativas, assumindo um papel de maior relevância se comparada à paternidade. A mãe segue sendo vista como única e insubstituível, ao passo que o pai pode ser o biológico, o de criação, o adotivo, ou mesmo o companheiro da mãe (Barros, 2005; Reis, 2010).

Em concordância com esse entendimento, o estudo de Anderson e Hamilton (2005) teve por objetivo identificar a representação materna e paterna presente nos livros de histórias infantis utilizados durante os anos de formação da criança no contexto norte-americano. Por meio da análise de 200 livros infantis, os autores relataram a diferença entre o número de vezes que a mãe aparecia nas histórias em comparação com o pai. Enquanto o pai era frequentemente não representado ou quando o era, aparecia como sendo ausente ou ineficaz no exercício de suas funções, a mãe aparecia como a principal cuidadora e responsável pela disciplina dos (as) filhos (as).

Nesta mesma perspectiva, o estudo de Botton e Strey (2011) analisou os livros infantis premiados nacionalmente durante uma década na categoria “O melhor para a criança”. Como resultado, foram encontrados dados que mostram uma propagação de estereótipos de gênero masculinos e femininos. Em relação à maternidade, as mães, avós e madrastas eram retratadas como zelosas e boas cuidadoras, ocupando o papel de “mãe” que a sociedade lhes destina, bem como sendo responsáveis pela manutenção da união e dos laços familiares (nucleares e ampliados).

A paternidade, por sua vez, foi associada à figura do homem protetor - fazendo alusão ao provedor familiar, sendo completada por imagens e discursos que mostram a circulação deles no âmbito profissional. Além disso, no livro premiado publicado em 2010, o mais atual dos analisados no estudo, a ausência de um pai no seio da família foi mostrada como causa da desestruturação emocional da esposa e da filha, que só retomaram sua organização psíquica na possibilidade de reencontrá-lo (Botton & Strey, 2011). Nesse sentido, é possível perceber que a própria literatura infantil, ao reforçar o modelo patriarcal de família, descrevendo modelos ausentes de paternidade e exaltando a figura materna na relação familiar, contribui para reforçar os modelos estereotipados no que se refere aos papéis parentais.

De fato, na vida familiar a divisão entre o que compete ao homem e o que seria próprio da mulher ainda é transmitido e reforçado como um valor culturalmente determinado. Considerando esta afirmação, problematizamos o quanto estes modelos de paternidade e de maternidade – sustentados por um modelo hegemônico de masculinidade e de feminilidade - aprisionam homens e mulheres em amarras sociais que impedem que exerçam a parentalidade de forma diferente dos modelos rígidos e estereotipados de pai, como provedor, e mãe, como principal cuidadora. Entendemos que a perpetuação destes modelos tem impacto não só no modo com que as gerações atuais entendem e significam a parentalidade, mas também na forma com que os filhos reproduzirão e exercerão a maternidade e a paternidade nas gerações futuras

Transgeracionalidade, gênero e as consequências futuras

O fenômeno da transgeracionalidade pode ser definido como um processo de transmissão familiar que faz parte da própria estruturação do núcleo da família e que é responsável pela perpetuação dos legados, valores e crenças entre gerações sucessivas (Falcke & Wagner, 2005). No que tange à educação intrafamiliar, os pais e mães tendem a dedicar-se a transmitir para os (as) filhos (as) uma estrutura de valores que facilite seu desenvolvimento social. Nesse sentido, enquanto alguns pais e mães tendem a repetir o que lhes foi ensinado, outros (as) se empenham em não repetir os padrões educativos recebidos na sua família de origem, de modo a não reeditar os erros percebidos de sua própria educação (Wagner, Predebon, & Falcke, 2005).

No entanto, frequentemente muitas vivências experimentadas na família de origem são repetidas na família atual, ainda que as expectativas tenham sido outras (Falcke & Wagner, 2005). Isto porque a transmissão de valores não é um processo de causa e efeito, mas sim um fenômeno que está inserido num contexto complexo em que múltiplas variáveis se cruzam e se complementam (Wagner, Predebon, & Falcke, 2005).

Partimos da ideia de que o sujeito só se constitui na relação com o outro e que, por isso, as relações no contexto em que a criança se desenvolve são essenciais para transmissão de conteúdos de forma transgeracional. Nessa perspectiva, Razera, Cenci e Falcke (2014) ressaltam a importância da análise das gerações anteriores de um indivíduo, a fim de buscar onde estão os aspectos da transgeracionalidade naquelas relações, já que o ser humano se constitui na interdependência com os

que estão ao seu redor. Gomes (2000) acrescenta que, além da família, todos os contextos de cuidado em que as crianças circulam são responsáveis por esses aprendizados inter-relacionais.

Um dos termos científicos utilizado para se referir ao aprendizado transgeracional nos contextos íntimos em que a criança se desenvolve é o de *habitus* primário. Esse conceito define os valores e crenças familiares que influenciam os modos de se comportar, ser e viver das crianças, desde as suas primeiras interações no mundo ou até antes do seu nascimento. Esse é um aprendizado que se dá de forma natural no seio familiar, permitindo que as crianças construam aspectos da sua identidade, como gostos, aspirações, autoimagem e autoestima, e que servirão de base para o aprendizado dos *habitus* secundários, os quais influenciam integralmente a percepção de todas as experiências de vida do indivíduo, como as que se referem ao gênero, à raça e à etnia, à orientação sexual, à classe social, etc (Gomes, 2000).

Paechter (2009) nomeia o contexto em que as crianças aprendem o que os adultos lhe ensinam como locais ou comunidades de prática. Focando no aprendizado de masculinidades e feminilidades, define os bebês como exemplarmente passivos nos seus primeiros meses de vida, sendo seus conhecimentos direcionados e interpretados pelos outros. Com o seu crescimento e a complexificação dos processos cognitivos, alguns modos de ser e se comportar são incentivados ou desestimulados, ficando claro para a criança o que é ser homem e ser mulher, quais comportamentos são aceitáveis socialmente para cada sexo e, conseqüentemente, sobre as relações de poder no seu círculo familiar que são, inevitavelmente, estendidas para a forma como entendem o mundo.

Embora sejam muitos os contextos de aprendizagem das noções de gênero masculino e feminino, a família é definida como a que tem o papel mais relevante nesse processo (Fleck, Falcke & Hackner, 2005; Gomes, 2000; Keller, 1998; Wagner, 2010). Nesse sentido, podemos pensar que é o primeiro contexto de vivência da criança, bem como, que os adultos são considerados pelos (as) pequenos (as) como os modelos principais de identificação. Assim, o núcleo familiar, por ter suas relações interpessoais próprias e singulares, pode transmitir os mais diversos modelos de comportamento e vivência para seus (as) filhos (as).

Considerando, então, a existência gendrada de homens e mulheres na atualidade e os valores sociais que são atribuídos a essas diferenças, é previsível que pais e mães imprimam modelos de gênero de forma patriarcal nas crianças. Narvaz e Koller (2006a) confirmam que mesmo na pós-modernidade, após tantas lutas – e vitórias – feministas, os ideais patriarcais ainda se sobressaem nas famílias, mostrando que ainda há desigualdade entre homens e mulheres.

Castañeda (2006) aponta que desde o seu nascimento meninos e meninas começam a absorver infinitos discursos que auxiliam na formação de sua autoimagem, inclusive, em relação ao gênero e suas desigualdades, e que esses discursos são muito presentes no núcleo familiar. Revela que, aos três anos de idade, as crianças de ambos os sexos já conseguem distinguir entre roupas, jogos, brinquedos, por exemplo, que são definidos como masculinos ou femininos. Estereotipadamente os (as) cuidadores (as) incentivam as meninas para o trabalho doméstico, com bonecas, vassourinhas e ferros de passar. Já os jogos dos meninos não costumam os preparar para responsabilidades adultas, pois que um número

ínfimo deles trabalhará como soldado, vaqueiro, piloto de avião ou de foguete, etc. A esse fenômeno, a autora chamou de “machismo invisível”, por ser aprendido de forma sutil e sem maiores questionamentos.

Na infância, todas as crianças passam por um processo de socialização, que é influenciado e regulado pela sociedade em que ela se encontra. O conjunto de valores, normas, papéis, conhecimentos e condutas são, geralmente, compatíveis com os núcleos em que elas circulam. E a família é considerada o nicho de desenvolvimento primário para o desenvolvimento da personalidade e cognições (Keller, 1998; Wagner, 2010).

Na infância, as vivências junto às figuras familiares significativas influenciam os padrões educativos e, conseqüentemente, a tomada de decisões, os padrões educativos, as escolhas profissionais e afetivas e os comportamentos mais variados, por exemplo. No entanto, essas decisões ocorrem sem a percepção do sujeito e são influenciadas por fatores culturais, morais e valorativos transmitidos transgeracionalmente (Falcke & Wagner, 2005). Nesse sentido, uma das denominações possíveis para esse processo que as crianças passam no seio familiar é chamado de metas de socialização, definidos por Miller e Harwood (2001), citados por Wagner (2010). Esse conceito explica os valores e crenças culturais que se transformam em objetivos traçados pelos pais para os filhos, e que influenciam na forma como as crianças são criadas e educadas (Wagner, 2010).

Wagner (2010) questiona se as metas de socialização também acabam tendo relação com o sexo/gênero da criança e, em seus estudos, conclui que as mães não fazem essa diferenciação, enquanto os pais apresentam maiores índices de expectativas sociais em relação aos filhos homens. Problematiza-se, assim, se esse fenômeno seria a materialização da função de “cuidadora” que é projetada nas mulheres desde a infância, fazendo com que reproduzam esse papel na educação dos (as) filhos (as) e transmitam, transgeracionalmente, o conteúdo dessa diferenciação.

Nesse panorama, as próprias crianças passam a construir uma representação do que é ser homem e ser mulher, através do reforço de expectativas, atitudes e comportamentos que seriam típicos para cada sexo e que são transmitidos pelos pais e por todo o sistema das relações em que vivem (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004; Ribeiro, 2006). As noções apreendidas dentro da família a respeito dos papéis de gênero são mantidas, visto que meninos e meninas tendem a imitarem mais os seus iguais do que os do outro sexo, baseando-se tanto na observação direta quanto na interpretação que fazem do que é esperado, permitido e consentido para cada papel de gênero (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004).

São as experiências socializadoras dos indivíduos, em especial aquelas mantidas no ambiente familiar, que definirão as possibilidades e limites de suas trajetórias. Isto porque a educação e a transgeracionalidade são fenômenos que se encontram intrinsecamente ligados em função da necessidade de cada geração transmitir aquilo que considera fundamental para a continuidade de seu legado (Tomizaki, 2010). É neste contexto que enfatizamos que o indivíduo é produto dos valores, normas e regras que recebe da família, bem como da influência de todo o contexto que a instituição familiar está inserida. A transmissão transgeracional contribui para a formação da identidade do

indivíduo, além de influenciar o modo como ele experimentará e atuará no mundo por meio das relações que estabelece (Bucher-Maluschke, 2008).

Considerações finais

A partir de uma abordagem de gênero, este estudo almejou compreender de que forma o desempenho da paternidade e da maternidade são influenciados por estereótipos que convencionam quais seriam os papéis adequados aos homens e às mulheres na sociedade atual. As argumentações aqui tecidas visaram apontar para o fato de que as relações desiguais entre homens e mulheres no cenário familiar implicam na reprodução de relações de poder em que há um opressor – geralmente, o masculino, e um oprimido, geralmente o feminino, sendo que tais nuances nas relações entre o casal e seus (as) filhos (as), ficam aparentes para as crianças através das vivências e exemplos transcorridos no cotidiano.

Além disso, não é necessário que as diferenças entre os dois sexos sejam ensinadas aos (as) filhos (as), já que elas são apreendidas de forma natural na convivência e são transmitidas transgeracionalmente. Isto fica evidente em famílias em que a mãe é a única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, assumindo seu papel naturalizado de cuidadora (mesmo que trabalhe fora, desdobrando-se, assim, nas múltiplas jornadas), enquanto o pai ainda mantém a posição de responsável pelas decisões familiares, como os gastos possíveis no momento, a liberdade dos (as) filhos (as) para sair e voltar em determinada hora, em namorar ou viajar nas férias. O modo como homens e mulheres, sejam eles casados ou não, se colocam no exercício de suas funções de pai e mãe é percebido pelos (as) filhos (as) e influenciará nos papéis sociais que eles exercerão no seu futuro enquanto homens e mulheres, no campo profissional, relacional, sexual, familiar, entre outros.

Compreendemos, então, que é na família que muitos dos comportamentos estereotipados que versam sobre o que seriam “atitudes de homem” e “atitudes de mulher” são perpetuados através das gerações. Como consequência, homens e mulheres passam a ser estereotipadamente universalizados em suas diferenças, impedindo que novas formas de vivenciar a masculinidade e a feminilidade sejam pensadas e exercidas, dentre elas o desempenho dos papéis de pai e mãe. Dessa forma, a família continua a reproduzir os modelos tradicionais de paternidade e maternidade aos quais a sociedade já está acostumada e que retratam um pai provedor financeiro e uma mãe provedora afetiva, por exemplo.

Porém, notamos que a cada dia a equidade entre os gêneros está mais presente no dia-a-dia de homens e mulheres. Graças às lutas feministas, muito vem se conquistando nas últimas décadas em relação à quebra dos estereótipos da mulher submissa e dependente do homem, que não trabalha fora e é mãe e esposa em tempo integral, sendo esse um modelo raro na atualidade. Da mesma forma, os homens têm se permitido passarem mais tempo com seus (as) filhos (as), ganharem menos que suas companheiras e dividirem as tarefas domésticas, por exemplo. Sabemos, entretanto, que ainda existem movimentos de retrocesso que atrasam a mudança esperada pelo feminismo em virtude da dificuldade

de sustentar as contrariedades aos inúmeros discursos patriarcais e sexistas que, como vimos, enlaçam-nos em todos os contextos e faixas etárias que nos situamos, como família, escola, trabalho e mídia.

Essa é, então, a configuração familiar mais comum na atualidade: a que une o tradicional ao contemporâneo, o estereotipado ao rompimento desses modelos arcaicos, diariamente, por inúmeros homens e mulheres, pais e mães. E é nesse contexto de busca pela superação dos estereótipos de gênero no ambiente familiar que argumentamos em favor de uma educação não sexista, não mais baseada e sustentada em padrões normativos e preconcebidos, de modo a possibilitar uma maior flexibilidade no exercício dos papéis parentais dentro da família. Sabemos que essas mudanças não podem ser artificiais ou apenas verbais, mas necessitam mostrar uma real conscientização e desejo desses pais e mães em terem e promoverem relações de equidade no âmbito familiar e em outros que eles (as) participem.

É na permissão da cor rosa para o menino e nas brincadeiras de luta para as meninas, na autorização ao pai para trocar as fraldas e levar à escola enquanto a mãe viaja a trabalho, no trato igualitário entre adolescentes de ambos os sexos sobre lugares que podem frequentar e com que idade, ou sobre o (não) auxílio nos serviços domésticos, por exemplo, que as mudanças em relação à desigualdade de gênero no âmbito doméstico poderão se concretizar. São vivências do cotidiano, simples e naturalizadas, que todos (as) já vivenciamos ou vimos acontecer em ambientes em nosso entorno. Mas são elas que se somam aos outros discursos educadores e, conseqüentemente, promotores de (des)igualdade de gênero.

É preciso mudarmos, então, tais desigualdades que encontramos atualmente. Enquanto houver disparidade nas interpretações que se faz do que é ser menino/homem ou menina/mulher, haverá todas as formas de violência e represália contra as minorias sociais. Entendemos, assim, que a busca por uma educação não-sexista e mais igualitária seja o primeiro passo para a construção e consolidação de uma sociedade mais justa e com equidade entre homens e mulheres. Com discursos e, também, vivências e práticas que sirvam de exemplo, teremos maiores possibilidades de haver respeito para todas as possibilidades de ser e viver na contemporaneidade, longe dos estereótipos e dos modelos de gênero padronizados, que limitam as vivências de cada um (a).

Referências

- American Psychological Association (2010). *Publication manual of American Psychological Association* (6th ed). American Psychological Association: Washington DC.
- Anderson, D. A., & Hamilton, M. (2005). Gender role stereotyping of parents in children's picture books: the invisible father. *Sex Roles*, 52(3/4), 145-151.
- Arán, M., & Peixoto Junior, C. A. (2007). Subversões do desejo: Sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, (28), 129-147.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara.

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado – O mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, F. O. (2005). *Do direito ao pai*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Bornholdt, E. A., Wagner, A., & Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho à luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, 19(1), 75-92.
- Botton, A. & Strey, M. N. (2011). “E o prêmio vai para...”: os estereótipos de gênero nos livros infantis premiados na última década. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: Da pesquisa à intervenção* (pp. 76-96). São Paulo: Summus.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castañeda, M. (2006). *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora.
- Crochik, J. L. (1996). Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas em Psicologia*, 3(4), 47-70.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Fleck, A. C., Falcke, D., & Hackner, I. T. (2005). Crescendo menino ou menina: A transmissão dos papéis de gênero na família. In A. Wagner (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 107-121). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Gomes, P. B. M. B. (2000). *Princesas: Produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo*. Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
- Groeninga, G. C. (2003). Família: Um caleidoscópio de relações. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia* (pp. 125- 142). Rio de Janeiro: Imago.
- Hohendorff, J. V. (2014). Como escrever um artigo de revisão de literatura. In S. Koller, M. C. P. Couto, & J. V. Hohendorff, *Manual de produção científica* (pp. 39-54). Porto Alegre: Penso.
- Keller, H. (1998). Diferentes caminhos de socialização até a infância. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8, 1-14.
- Louro, G. L. (2010). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Meyer, D. E. (2003). Gênero e educação: Teoria e política. In G. L. Louro, J. F. Neckel, & S. V. Goellner. (Orgs.), *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006a). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006b). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006c). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 395-406.
- Negreiros, T. C. G. M., & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 34-47.
- Paechter, C. (2009). Meninos e meninas: Aprendendo sobre masculinidades e feminilidades. (R. T. Schmidt, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Peixoto-Junior, C. A. (2005). Sexualidades em devir e subversão das identidades. *ETHIC*, 12(1/2), 131-155.
- Pereira, C. R. R., & Arpini, D. M. (2012). Os irmãos nas novas configurações familiares. *Psicologia Argumento*, 30(69), 275-285.
- Pinheiro, L., Galiza, M., & Fontoura, N. (2009). Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: A licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 851-859.
- Ramires, V. R. R. (2014). A paternidade na contemporaneidade. In Arpini, D. M., & Cúnico, S. D. (Orgs.). *Novos olhares sobre a família: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos* (pp. 27-38). Curitiba: CRV.
- Razera, J., Cenci, C. M. B., Falcke, D. (2014). Violência doméstica e transgeracionalidade: Um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51.
- Reis, E. F. (2010). *Varas de família – Um encontro entre Psicologia e Direito*. Curitiba: Juruá.
- Ribeiro, J. S. B. (2006). Brincadeiras de meninas e de meninos: Socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu*, (26), 145-168.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Silva, J. M. (2010). *O lugar do pai: Uma construção imaginária*. São Paulo: Annablume.
- Strey, M. N. (1998). Gênero. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, et al. (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: Livro texto*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tomizaki, K. (2010). Transmitir e herdar: O estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educação e Sociedade*, 31(111), 327-346.
- Wagner, A. (2010). Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas. *Paidéia*, 20(46), 145-154.
- Wagner, A., Predebon, J., & Falcke, D. (2005). Transgeracionalidade e educação: Como se perpetua a família? In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 93-105). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Endereços para correspondência

Andressa Botton – andressa_botton@hotmail.com

Sabrina Daiana Cúnico – sabrinacunico@yahoo.com.br

Mariana Barcinski - mariana.barcinski@puccs.br

Marlene Neves Strey - streymn@puccs.br

Enviado em 23/11/2015

1ª revisão em 15/01/2016

Aceito em 20/01/2016